como membro Renata Tavares Menezes Caldas, R.G.20.960.746-4 (Proc. SMA 4.562-2016).

Despacho do Diretor Geral, de 23-9-2016

3.345/2016. 260034000012016OC00047 para aquisição de material de consumo: 1) aquisição de 184 colchões destinados aos alojamentos deste Instituto e, diante do constante dos autos, acolho a decisão da Responsável pelo convite, homologo o referido certame e adjudico o objeto da presente licitação, de acordo com a classificação, a favor da empresa abaixo descrita: - Maroun Sleiman Moveis e Colchões Ltda FPP – C. N. P. L. 62, 415, 013/0001-89. no valor de R\$ 27.029,60, referente ao item 01 - item BEC

INSTITUTO GEOLÓGICO

Portaria IG - 25. de 14-9-2016

Dispõe sobre designação de Grupo de Trabalho

O Diretor Técnico de Departamento do Instituto Geológico, da Secretaria do Meio Ambiente, conforme artigo 99, inciso I, alínea "d", do Decreto 30.555/89, e considerando

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Geológico e a Casa Militar, para prestação de apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos geológico-geotécnicos;

A necessidade de prestar apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), nas situações de riscos geológico-geotécnicos associados a processos de escorregamentos e com possibilidade de dano a moradias, em áreas abrangidas pelos Planos Preventivos e de Contingência de Defesa Civil no Estado de São Paulo, bem como em outras áreas afetadas por problemas dessa natureza, conforme previstos no Decreto Estadual 40.151/95 e no Decreto Estadual 42.565 de 01/12/97;

Atender às atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IG e a Casa Militar, quais sejam:

a) Fornecer suporte técnico à operação dos Planos Preventivos e de Contingência, específicos para escorregamentos em áreas de risco com possibilidade de dano a moradias, conforme critérios estabelecidos juntamente com a CEDEC, relativas à análise técnica e avaliação de áreas de risco nos municípios contemplados por Planos Preventivos nas seguintes regiões: Baixada Santista, Litoral Norte, Região do Vale do Paraíba e Serra da Mantigueira, Região de Sorocaba, Região de Campinas, Região do Vale do Ribeira, Região de Itapeva e Região Metropolitana de São Paulo;

b) Prestar apoio técnico emergencial vinculado a eventos perigosos de escorregamentos, com elaboração de pareceres técnicos, em áreas de risco críticas com possibilidade de dano a moradias, fora do período de operação do plano e/ou em regiões e municípios do Estado não abrangidos pelos planos preventivos;

c) Participar de reuniões e eventos de capacitação e divulgação sobre prevenção de desastres naturais e redução de riscos geológicosgeotécnicos promovidos pela Casa Militar, inclusive como docente;

d) Prestar assessoria institucional em questões relacionadas à prevenção de desastres e redução de riscos geológico-geotécnicos, quanto ao desenvolvimento de informações, planos, programas e projetos relacionados ao gerenciamento de áreas de risco; e) Promover estudos para o aprimoramento dos planos

preventivos e de contingências: f) Organizar eventos de comunicação e divulgação das

ações conjuntas abrangidas pelo Termo de Cooperação. Resolve: Art. 1º - Instituir Grupo de Trabalho de Apoio Técnico, Assessoria e Atendimento Emergencial em Situações de Risco Geológico-Geotécnico de Escorregamentos em áreas abrangidas pelos Planos Preventivos supracitados e, em qualquer outra área que apresente risco geológico crítico com possibilidade de dano a moradias, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Geológico e a Casa Militar.

Art. 2°- O Grupo de Trabalho será composto por Equipe Técnica e Equipe Administrativa. A Equipe Técnica será responsável pela prestação de apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), nas situações de riscos geológico-geotécnicos associados a processos geodinâmicos, realizando vistorias técnicas emergenciais e desenvolvendo estudos, planos, programas e projetos relacionados ao gerenciamento de áreas de risco, além de participar de reuniões de planeiamento e cursos de capacitação.

Art. 3° - A Equipe Técnica será constituída pelos seguintes servidores: Lídia Keiko Tominaga – R.G. 7.221.386-3 – SP (coordenadora)

Jair Santoro – R.G. 7.830.618 – SP (subcoordenador) Cláudio José Ferreira - R.G. 9.927.321-4 - SP Célia Regina de Gouveia Souza – R.G. 7.757.047 – SP Eduardo de Andrade – R.G. 21.589.941-6 – SP Eduardo Schmid Braga – RG. 33.726.150-7 - SP Denise Rossini Penteado – R.G. 22.159.570 – 3 - SP Maria José Brollo – R.G. 57.757.140-0 - SP Paulo César Fernandes da Silva - R.G. 1.617.230 - PR Pedro Carignato Basílio Leal – R.G. 43.940.629-8 - SP Rogério Rodrigues Ribeiro – RG. 20.499.034-8 SP Rosangela do Amaral – R.G. 24.418.792-7 – SP

Art. 4° - A Equipe Administrativa será responsável pela gestão administrativa e financeira das atividades do Termo de Cooperação e contará com os seguintes servidores: Elaine Viana Vaz Martins – RG 25.473.998-2

Kézia Fernanda dos Santos Nascimento – RG 41.407.755-6 Art. 5° - O Grupo de Trabalho contará também com o apoio dos seguintes servidores do Núcleo de Administração de Subfrota do Instituto Geológico:

Edney Xavier de Souza – R.G. 30.401.206 – SP Gilberto da Silva Sanchez – RG. 19.844.020/SP José Roberto de Araújo – R.G. 4.570.844-7-SP Márcio Félix Dionízio – R.G. 23.166.923-9 – SP Roberval Mariano - R.G. 9.952.183- SP

Art. 6° - A Equipe Técnica deste Grupo de Trabalho atuará em escala de plantão definida pela Coordenação do Grupo, durante a vigência da Operação Verão, estabelecida anualment odo de 01 de dezembro a 30 de marco, podendo ser prorrogado conforme avaliação da Comissão Executiva dos Planos Preventivos, para atender às atividades de atendimentos emergenciais previstas no Termo de Cooperação (Processo SMA 12.091/2013).

Art. 7° - O Grupo de Trabalho tem prazo de 12 meses para o desenvolvimento das atividades, retroagindo seus efeitos a 01-04-2016. (PSMA 12.091/2013)

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho do Diretor Adjunto Administrativo Financeiro, de 20-9-2016

Dispensa de Licitação Art. 24 Inc.II Processo 836/16 Parecer Al 347/16 Interessado: APA Haras São Bernardo, Assunto: Contratação de serviços para confecção de faixas informativas para a APA Haras São Bernardo. Homologo o objeto da presente dispensa de licitação, a favor da empresa Jorge Gabriel Marinho - CNPJ. 17.619.336/0001-30, no valor total de R\$ 600,00, referente a contratação de serviços para confecção de faixas informativas para a APA Haras São Bernardo

Despacho do Diretor Executivo, 20-9-2016

Atento ao que dos autos consta e de acordo com a Lei Federal de Licitações 8.666/93 e suas alterações, autorizo a Dispensa de Licitação e a Despesa, bem com a emissão de empenho no valor total de R\$ 600,00, a favor da empresa Jorge Gabriel Marinho - CNPJ. 17.619.336/0001-30.

Despacho do Diretor Executivo, de 15-9-2016

Convite Eletrônico 55/16 Processo Ff 813/2016 Interessado: diretoria Litoral Norte Assunto: aquisição de Materiais de Papelaria Parecer Aj 813/2016 Oferta de Compra 261101260452016Oc00294. Aténto ao que dos autos consta e de acordo com a Lei Federal de Licitações 8.666/93 e suas alterações,

autorizo a despesa no valor total de R\$ 663.61, referente à aquisição de materiais para papelaria para atender às necessidades da Diretoria Litoral Norte, e Emissão de Empenho correspondente, bem como o cancelamento do saldo da Nota de Reserva, se houver, à favor das empresas Alfa Suprimentos Escolares P/ Escritório - CNPJ. 23.932.921/0001-98 no valor de R\$ 191,26 Itens 3,4,5,6,7,9,12,15 e 20, da empresa Lidia Teixeira A. S. Cortez ME CNPJ. 07.859.362/0001-81 no valor de R\$ 22,00 Itens 8 e 13, da empresa Papelaria e Bazar Polgrymas - CNPJ 43.899.665/0001-91 no valor de R\$ 150 55 Itens 11 e 21 e a empresa Distribuidora de uprimentos Ética Ltda - CNPJ 71.698.765/0001-95 no valor de R\$ 299.80 Itens 1.2.10.14 e 19. Fracassados os itens 16.17 e 18.

Despacho do Diretor Executivo, de 20-9-2016 Dispensa de Licitação Inc.II Art. 24 Processo 941/2016 Parecer AJ 354/2016 Interessado: FF/DAF/Setor de Engenharia e Infraestrutura Assunto: Serviço de Assinatura de Jornais e Periódicos - Boletim CPOS - Referencial de Custos Atento ao que dos autos consta e de acordo com a Lei Federal de Licitações 8.666/93 e suas alterações, autorizo a Dispensa de Licitação e a Despesa, bem com a emissão de empenho no valor total de R\$ 1.600,00, a favor da empresa Companhia Paulista de Obras e Servicos CPOS - CNPJ, 67,102,020/0001-44.

Despacho do Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro, de 22-9-2016

Convite Eletrônico 62/16 Processo Ff 464/16 Interessado: Pesm - Parque Estaudal Juguery Assunto: Aquisição de Material de Construção para Reconstrução da Portaria 02 Oferta de Compra 261101260452016Oc00371. Acolho a decisão da Comissão de Licitação, declarando revogado o Convite Eletrônico BEC em epígrafe, em virtude de um lapso operacional ocorrido na oferta de compra, e autorizo a realização de novo procedimento licitatório. Declaro revogado o presente certame licitatório. Fica aberto o prazo de 2 dias úteis para Recurso Administrativo aos interessados.

Extrato de Contrato Processo 760/16 Contrato:16095-7-01-13

Parecer Aj 274/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico 83/16.

Contratante: Fundação para a Conservação e A Produção Florestal do Estado de São Paulo Contratada: Al Solução de Engenharia Ltda -Epp

CNPJ: 13.727.596/0001-78

Objeto: Prestação de Serviços de Reforma em Sanitários na Sede e Instalações Elétricas para a Garagem no Pesm - Caraguatatuba de Acordo com o Anexo I-Termo de Referência. Valor R\$ 13.000,00

Recursos Orçamentários: Programa lho:18541261857150000 Natureza Despesa: 339039

Vigência: 30 Dias, Contados a Partir da Entrega da Art e da Liberação de Ordem de Serviço da Respectiva Obra pelo Sei -Setor de Engenharia e Infraestrutura.

Data da Assinatura: 12-09-2016 Extrato de Contrato

Processo 854/15

Contrato:16097-7-01-15

Parecer Ai 235/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico 82/16.

Contratante: Fundação para a Conservação e A Produção Florestal do Estado de São Paulo Contratada: Destak Serv Multipla Engenharia Ltda - Me

Cnpj: 13.679.845/0001-05 Objeto: Prestação de Serviços de Reforma de Uma Casa de

Madeira em Pinus Tratado (Padrão If) Que Sera Utilizado Como Escritório Técnico e Administrativo Regional, no Parque Estadual Assessoria de Reforma Agrária, Município de Valinhos Valor R\$ 89.900,00

Recursos Orçamentários: Programa lho:18541261850630000 Natureza Despesa: 339039

Vigência: 90 Dias, Contados a Partir da Entrega da Ordem de Serviço pelo Sei- Setor de Engenharia e Infraestrutura

Data da Assinatura: 19-09-2016 Termo de Encerramento Unilateral

Processo 395/2013

Contrato: 13019-7-01-11 Parecer Aj 766/2016

Modalidade: Pregão Eletrônico 013/2013 Contratante: Fundação para a Conservação e A Produção

Florestal do Estado de São Paulo

Contratada: Pix Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda

CNPJ: 11.845.291/0001-35

Obieto: Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Embarcações e Outros Serviços Prestados por Postos Credenciados

A Partir de 02-06-2015 Fica Encerrado o Contrato em Epígrafe, pelo Decurso de Seu Prazo

Procuradoria Geral do **Estado**

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO **ESTADO**

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

3° Termo Aditivo Processo: GDOC-16852-1525246/2012 Contrato: PGE 41/2012

Alteração: 3

Contratante: Procuradoria Geral do Estado

Contratada: Air-Sel Ar Condicionado Ltda. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva.

orretiva e assistencia tecnica, sem inclusão de pecas, em apare lhos de ar condicionado. Vigência: Prorrogação do prazo da vigência por mais 15

ses, de 20-09-2016 a 19-12-2017.

Valor Total: R\$ 68.847.75 Valor para o exercício de 2016: R\$ 15.452,49

Valor para o exercício de 2017: R\$ 53.395,26

Recursos: Programa Trabalho: Classif. de 03.092.4001.5843.0000

Unidade Gestora: 400102

Subelemento Econômico: 339039-80

Data da Assinatura: 15-09-2016.

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado

Extrato da Ata da 61ª Sessão Ordinária - Biênio 2015/2016 Data da Realização: 23-09-2016 Processo: 17040-759577/2016

Interessado: Centro de Estudos

Assunto: Afastamento dos Procuradores do Estado Amilcar Aquino Navarro, Anna Candida Alves Pinto Serrano, Antonio Augusto Bennini, Athur Barbosa da Silveira, Bruno Barrozo Herkenhoff Vieira, Caio Cesar Guzzardi da Silva, Carolina Jia Jia Liang, Claudio Henrique de Oliveira, Cristiane Vieira Batista Nazaré, Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues, Danilo Gaiotto, Fabiana Mello Mulato, Fagner Vilas Boas Souza, Filipe Paulino Martins, Francisco Maia Braga, Giulia Dandara Pinheiro Martins, Gustavo Bezerra Muniz de Andrade, Ji na Park, João Cesar Barbieri Bedran de Castro, Leydslayne Israel Lacerda, Lucas Pessoa Moreira, KLuiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Marcela Gonçalves Godoi, Marcelo Augusto Fabri de Carvalho, Margarete Gonçalves Pedroso, Maria Rita de Carvalho Melo, Nathalia Maria Pontes Farina, Nayara Crispim da Silva, Nilton Carlos de Almeida

Coutinho, Pedro Fabris de Oliveira, Renata Danella Polli, Rita Kelch, Sandra Regina Ragazon, Sebastião Vilela Staut Junior, Silvia Vaz Domingues, Vinicius José Alves Avanza, Virgilio Bernardes Carbonieri, Vitor Mauricio Braz Di Masi, para participarem do "XLII Congresso Nacional de Procuradores do Estado", a realizar-se no período de 11 a 14-10-2016, em Vitória/ES.

Relatora: Conselheira Cristina Margarete Wagner Mastrobuono
DELIBERAÇÃO CPGE 266/09/2016 – O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 16550-777945/2016

Interessado: Bruno Lopes Megna

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "II Fórum Nacional do Poder Público", nos dias 13 e 14-10-2016,

Relatora: Conselheira Claudia Bocardi Allegretti

DELIBERAÇÃO CPGE 267/09/2016 - O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, opinar favo ravelmente ao pedido.

Processo: 18575-827914/2016

Interessado: Eugenia Cristina Cleto Marolla

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "XV Congresso Internacional de Arbitragem", a ser realizado no ríodo de 25 a 27-09-2016, em Florianópolis/SC. Relator: Conselheiro Danilo Gaiotto

DELIBERAÇÃO CPGE 268/09/2016 – O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, opinar favora velmente ao pedido.

Processo: 18575-832178/2016

Interessado: Corregedoria da PGE Assunto: Confirmação na carreira de Procurador do Estado de Florence Angel Guimarães Martins

Relator: Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira DELIBERAÇÃO CPGE 269/09/2016 - O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, confirmar a interessada na carreira de Procurador do Estado.

Processo: 18999-644547/2016 Interessado: Claudio Henrique de Oliveira

Assunto: Proposta de anulação da Resolução PGE 6, de 04-03-2013 (gratificação especial de Oficias de Justiça).

Relatora: Conselheira Claudia Bocardi Allegretti Retirado de pauta com pedido de vista do Conselheiro Claudio Henrique de Oliveira

Processo: 18575-825573/2016 Interessado: Procuradoria Geral do Estado

Assunto: Proposta de edição de decreto para regulamentação do artigo 12 da LC 1270/2015

Relator: Conselheiro Sergio Seiji Itikawa Retirado de pauta com pedido de vista da Conselheira Kelly

Paulino Venâncio Processo: 18575-44911/2016

Interessado: Conselho da Procuradoria Geral do Estado Assunto: Concurso de promoção relativo às condições existentes em 31-12-2015

DELIBERAÇÃO CPGE 270/09/2016 — O Conselho deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do Concurso de Promoção na carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2015

Comunicado

A Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, cumprimento ao disposto no artigo 11 do Decreto estadual 54.345, de 18-05-2009, comunica que estão abertas as inscri ções para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2015.

Os cargos em concurso são os seguintes: 20 para Procurador do Estado nível II,

24 para Procurador do Estado nível III.

29 para Procurador do Estado nível IV, e 28 para Procurador do Estado nível V.

O prazo de inscrição é de 20 dias corridos, iniciando-se em 28-09-2016 (quarta-feira) e encerrando-se no dia 17-10-2016 (segunda-feira). A inscrição far-se-á mediante requerimento protocolado na Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do . Estado, situada na Rua Pamplona 227 - 1º andar, no horário das 9h30 às 12h e das 13h30 às 17h, ou nas sedes das Procuradorias Regionais e da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília no horário de expediente.

A inscrição no certame deve ser realizada por meio de protocolo do requerimento indicado no anexo 1, acompanhado. além de outras exigências apontadas no edital, dos documentos necessários à avaliação do candidato.

Para efeito de avaliação, serão consideradas as atividades desempenhadas no período verificado do primeiro dia subseqüente àquele considerado para a precedente promoção até o dia 31-12-2015.

Poderão ser reaproveitados os documentos apresentados no concurso imediatamente anterior (condições existentes em 31-12-2014).

A inscrição no concurso visando a promoção apenas pelo critério de antiguidade dispensa a juntada de qualquer outro documento.

O requerimento de inscrição no concurso e o relatório circunstanciado de atividades deverão estar devidamente assinados pelo candidato, devendo o último referir-se ao período de 01/01 a 31-12-2015. As peças jurídicas devem ter sido elaboradas no período abrangido pelo certame (desde a última promoção do candidato até 31-12-2015). Os documentos que acompanharem o requerimento devem ser apresentados na forma e preferencialmente na mesma seguência em que previstos no edital e na escala de avaliação por merecimento, em uma única via (original ou cópia simples) devidamente legível.

No período compreendido entre os dias 28/09 e 04-10-2016. os Procuradores do Estado poderão encaminhar dúvidas sobre a "Escala de Avaliação por Merecimento" constante do anexo 2 do edital, por meio eletrônico (martasantos@sp.gov.br), sendo que os esclarecimentos respectivos serão disponibilizados no sítio eletrô nico da Procuradoria Geral do Estado (na área restrita)

As instruções referentes a este concurso constam da Deliberação CPGE 270/09/2016.

DELIBERAÇÃO CPGE 270/09/2016 Instruções para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2015.

O Conselho da Procuradoria Geral do Estado, delibera:

Artigo 1º - A inscrição para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2015, far-se-á mediante requerimento, nos termos do modelo correspondente ao anexo 1, protocolado na Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, no prazo compreendido entre os dias 28 de setembro e 17-10-2016.

§ 1º - Os Procuradores do Estado em exercício nas Procuradorias Regionais e na Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília poderão protocolar nas respectivas sedes o requerimento de inscrição, o qual será entregue no dia útil imediato ao do vencimento na Secretaria do Conselho.

§ 2º - Poderão ser reaproveitados os documentos apresentados no concurso imediatamente anterior (condições existentes em 31-12-2014), observada a necessidade de juntada de novo relatório circunstanciado de atividades a que se refere o artigo 6°, inciso I, "a", desta deliberação. Artigo 2° - A promoção consiste na elevação do cargo de

Procurador do Estado de um nível para outro imediatamente superior, na sequinte conformidade: I - do cargo de Procurador do Estado nível I para o cargo de

Procurador do Estado nível II: II - do cargo de Procurador do Estado nível II para o cargo

de Procurador do Estado nível III; III - do cargo de Procurador do Estado nível III para o cargo de Procurador do Estado nível IV: e

IV - do cargo de Procurador do Estado nível IV para o cargo Procurador do Estado nível V.

Artigo 3º - As promoções serão realizadas, em relação a cada cargo, respeitados os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente.

Artigo 4º - Somente poderá concorrer à promoção o Procurador do Estado que tiver, no mínimo, três anos de efetivo exercício no respectivo nível, salvo se não houver quem preencha esse

requisito, observado o disposto no § 2º deste artigo. § 1º - O Procurador do Estado afastado da Carreira durante o período de avaliação dos elementos indicadores do merecimento (artigo 6º, § 1º); o Procurador do Estado que tenha reingressado na Carreira há menos de 06 (seis) meses, exceto no caso de reintegração, e os membros efetivos do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, somente poderão participar do concurso de promoção pelo critério de antigüidade

§ 2º - A promoção do Procurador do Estado, por antigüidade ou merecimento, em nada prejudicará a verificação do preenchimento dos requisitos mínimos necessários à confirmação na Carreira.

Artigo 5º - A inscrição no concurso visando apenas à promoção pelo critério de antiquidade deverá ser feita por meio de protocolo do requerimento indicado no anexo 1, sem a necessidade de juntada de qualquer outro documento

Artigo 6º - No ato da inscrição, o candidato deverá juntar ao requerimento os documentos abaixo, de modo organizado e na mesma sequência em que são apresentados nos respectivos incisos:

I - a) relatório circunstanciado de atividades realizadas no período 01-01-2015 a 31-12-2015, devidamente assinado, com especificação da área de atuação e suas características, dispensada a juntada de quaisquer relatórios numéricos; b) 07 (sete) trabalhos jurídicos realizados, diretamente relacionados com as atividades de Procurador do Estado;

II - comprovantes dos elementos constantes dos números 1

a 5 do artigo 10 desta Deliberação; III - comprovantes de títulos, diplomas e certificados, indicando, quanto a estes últimos, a duração dos cursos e a respectiva frequência e, quando for o caso, a nota de aprovação; e,

IV - trabalhos jurídicos publicados com inclusão, na qualificação, do cargo de Procurador do Estado. § 1° - Os elementos a que se referem os incisos I, "a", a IV

deste artigo corresponderão ao período verificado do primeiro dia subsequente àquele considerado para a última promoção do candidato ou de seu ingresso na Carreira de Procurador do Estado, caso se tratar de Procurador do Estado em nível inicial da Carreira, até o dia 31-12-2015.

§ 2º - Na hipótese do candidato não ter trabalhos jurídicos previstos no inciso I, "b", do "caput" deste artigo, deverá informar esta condição no relatório circunstanciado de atividades previsto na alínea "a" do mesmo inciso.

Artigo 7° - Com observância do disposto nos artigos 14 e 15 do Decreto 54.345, de 18-05-2009, com redação dada pelo Decreto 62.185, de 14-09-2016, o Conselho designará Comissão de Promoção, composta por Procuradores do Estado confirmados na carreira, assegurada a representação paritária das áreas de atuação, com os objetivos de avaliar o merecimento, segundo os critérios definidos na Deliberação CPGE 178/07/2010, e fornecer subsídios para a elaboração da respectiva lista de classificação.

Parágrafo único – Será facultada, mediante prévia inscrição e na forma fixada em deliberação específica do Conselho, a participação de todos os Procuradores do Estado na Comissão de Promoção.

Artigo 8º - O merecimento será apurado em face dos seguintes elementos: I - competência profissional e eficiência no exercício da

função pública, demonstradas no desempenho das atribuições próprias do cargo; II - dedicação e pontualidade no cumprimento das obrigações funcionais:

III - aprimoramento da cultura jurídica, demonstrado por títulos ou diplomas de conclusão de cursos relacionados com as atribuições do cargo de Procurador do Estado, bem como por

trabalhos jurídicos publicados. 8 1º - Ao candidato inscrito serão atribuídos pontos, cujos limites máximos serão, com referência a cada um dos incisos deste artigo, respectivamente, 70, 50 e 20, adotada a Escala de Avaliação por Merecimento (anexo 2).

§ 2º - Os elementos a que se refere este artigo receberão uma única pontuação, nos itens II e III da Escala de Avaliação por Merecimento, ainda que enquadráveis em duas ou mais alíneas, prevalecendo a pontuação que mais beneficiar o candidato.

§ 3° - A pontuação referida no parágrafo anterior poderá ser cumulada com aquela atribuída no item I da Escala de Avaliação por Merecimento § 4º - Sem prejuízo de sua competência privativa, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, com o fim de se orientar quanto ao disposto nos incisos I e II deste artigo, poderá solicitar

aos superiores hierárquicos dos candidatos e à Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, além dos documentos previstos no inciso I do artigo 6°, as informações necessárias que deverão ser prestadas em prazo a ser fixado, assim como poderá diligenciar nas instituições e órgãos que expediram os documentos e certificados apresentados para sanar dúvidas e confirmar dados. Artigo 9º - A competência profissional do candidato e a eficiência no exercício da função pública serão apuradas com base em trabalhos realizados no exercício das atribuições próprias

do cargo ou função (artigo 6°, inciso I), à vista do relatório de atividades, dos trabalhos anexados ao pedido de inscrição; e, a critério do Conselho, também das informações de que trata o § 4º do artigo antecedente. Artigo 10 - A dedicação e pontualidade no cumprimento

das obrigações funcionais serão verificadas, sem prejuízo do disposto no § $4^{\rm o}$ do artigo $8^{\rm o}$, à vista dos seguintes elementos: 1. participação, sem prejuízo das atribuições normais, em órgãos de deliberação coletiva reconhecidos na legislação

federal ou estadual;

2. atuação na Corregedoria da PGE; 3. serviço relevante devidamente comprovado, sem prejuízo de suas atribuições normais; 4. participação, como expositor ou debatedor em cursos

jurídicos oficiais na PGE ou em congressos, conferências ou

simpósios jurídicos realizados por entidades reconhecidas desde que qualificado como Procurador do Estado; 5. participação em comissão de concurso de estagiários, nos termos da Deliberação 067/05/2005.

Artigo 11 - Somente serão computáveis, como títulos ou diplomas de conclusão de cursos relacionados com as atribui-

cões dos cargos de Procurador do Estado: 1. Titulo de Livre-Docente;

2. Título de Doutor

3. Título de Mestre:

4. Cursos de especialização universitária com duração superior a um ano: 5. Cursos do Centro de Estudos da PGE, de extensão univer-

sitária e de outros cursos de atualização jurídica; 6. Congresso Nacional e Congresso Estadual de Procuradores do Estado, com apresentação de relatório, devidamente vistado nelo Centro de Estudos

Artigo 12 - Consideram-se trabalhos jurídicos exclusiva-

1. Obra jurídica editada;

Procurador do Estado.

2. Trabalho publicado na Revista da PGE, ou em outra revista jurídica de circulação regular; 3. Tese apresentada em Congresso Jurídico, desde que aco-

Ihida por Comissão de Seleção de Teses ao Congresso; 4. Trabalho publicado no Boletim do Centro de Estudos da PGE, ou em outro Boletim Jurídico de circulação nacional (item 4 incluído pela Deliberação CPGE 001/01/2012, de 05-01-2012). § 1º - Somente serão considerados os trabalhos jurídicos publicados com inclusão, na qualificação do autor, do título de

§ 2º - Em se tratando de trabalho jurídico de autoria coletiva, a pontuação será reduzida à metade

imprensaoficial



documento digitalmente